



Projeto Educativo do Agrupamento - 2016-2019

Aprovado no Conselho Geral de 29 de março de 2017

Março de 2017

Introdução

No primeiro ciclo de planeamento estratégico do Agrupamento de Escolas Damião de Goes (AEDG), que decorreu entre 2011 e 2015, foram criados ou desenvolvidos os procedimentos e dispositivos de monitorização do desempenho do AEDG, foi aprovado o seu primeiro Projeto Educativo (PEA 2012-2015) e apreciado, no ano escolar 2015-2016, o relatório de execução do mesmo. A proposta que agora se apresenta à discussão e aprovação assume-se como o natural desenvolvimento do mesmo processo: trata-se agora de corrigir, reorientar ou identificar novos eixos problemáticos, redefinir objetivos estratégicos e estabelecer novos objetivos operacionais e resultados a alcançar no médio prazo.

O contexto de relativa incerteza e imprevisibilidade das políticas educativas e dos quadros normativos limita (e muito) a possibilidade de realizar um planeamento estratégico em condições de uma - ao menos relativa - autonomia, pelo que se optou por uma aproximação cautelosa e pragmática: um diagnóstico estratégico baseado nos dados recolhidos sistematicamente nos últimos anos, com alguma informação complementar, quando e se necessária; a definição das principais opções estratégicas no médio prazo e das áreas prioritárias de intervenção; por fim, a previsão de resultados significativos e representativos das mudanças esperadas.

Com base nesta atitude, a presente proposta de PEA é, assumidamente, breve e concisa. Pretende-se facilitar a leitura e, sobretudo, a apropriação do seu conteúdo pela comunidade educativa. Os principais dados de contexto e indicadores foram sendo compulsados nos *Relatórios de Autoavaliação*, de 2011 a 2016, para os quais remetemos os interessados.

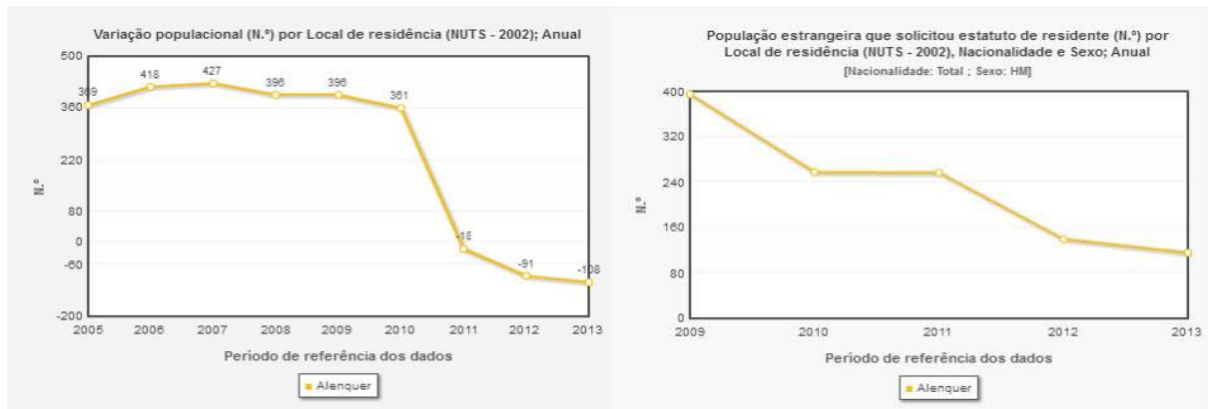
O horizonte temporal da proposta situa-se entre o presente ano escolar e o de 2018-2019. Para além deste, outros protagonistas, outras ideias, outros posicionamentos sobre a Escola Pública, outras visões da sua missão educativa encontrarão, decerto, novas propostas, novos objetivos e novos desafios.

1. Diagnóstico Estratégico

1.1. Contexto

1.1.1. O concelho de Alenquer: População, tecido produtivo e emprego

- A população residente baixou de 43267 (em 2011 - Censo) para 43070 em 2015¹ (-197 habitantes).
- A variação da população residente explica-se em boa parte pela variação da população estrangeira:



Fonte: Pordata (acedido em 16-06-2016)

- A taxa de crescimento da população residente jovem (15-24 anos) entre 2001 e 2015 é de -11,4% (que compara com -14,8% do Oeste, -26,2% do Centro e -24,6% do Continente²);
- Considerando as diferentes dinâmicas demográficas das freguesias «urbanas» e «rurais», pode estimar-se como cenário no médio prazo um crescimento moderado da população concelhia até 2019; considerando as estimativas da população a escolarizar, a previsão do Município de Alenquer para o território educativo do AEDG é de 3556 alunos no ano escolar 2025-2026³, pelo que parece realista (senão mesmo conservador) um cenário de manutenção da população escolar acima dos 3000 alunos.
- Tecido produtivo local com predominância das micro e pequenas empresas: 85% das empresas com de 1 a 9 pessoas ao serviço, 11% com de 10 a 49 pessoas. Só 0,4% de empresas têm mais de 250 pessoas ao serviço⁴ (4 empresas).
- Indústrias transformadoras representam 35,3% do emprego, o comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos, 19,1% e os Transportes e Armazenagem 14,6%⁵.
- No emprego jovem (20-24 anos): com o nível básico de escolaridade ou inferior 46,7%; com o nível secundário ou pós-secundário não superior 44,9%; com o ensino superior 8,0%.⁶

¹ Fonte: INE - *Estimativas anuais da população residente* e PORDATA, cit. In: Quaternaire Portugal - *Estudo de antecipação de necessidades de qualificações intermédias na região Oeste - Oeste CIM: diagnóstico regional*, Fevereiro 2017 (Anexo II, pág. 12)

² Fonte: MTSS - *Quadros de Pessoal*, cit In: idem.

³ Município de Alenquer - *Revisão da carta educativa de Alenquer: relatório preliminar*, Agosto 2016, página 71.

⁴ Dados de 2014. Fonte: MTSS - *Quadros de Pessoal*, cit In: Quaternaire Portugal - *Estudo de antecipação de necessidades de qualificações intermédias na região Oeste - Oeste CIM: diagnóstico regional*, Fevereiro 2017 (Anexo II, pág. 13).

⁵ Idem, página 14.

⁶ Idem, página 16.

1.1.2. População Escolar

Evolução do nº de alunos, por nível, modalidade, ano e tipo de ensino - 2010-2017:

Ensino	Modalidade	Ano/Tipo	2010-2011	2011-2012	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017
Pré-Escolar			160	159	213	197	184	186	194
Básico			1575	1556	1647	1625	1614	1568	1589
	Regular		1484	1518	1500	1506	1530	1493	1505
		1º ano	161	149	119	151	147	136	144
		2º ano	166	178	157	138	169	166	159
		3º ano	147	159	159	165	128	148	147
		4º ano	140	154	153	156	163	133	147
		5º ano	196	167	171	171	177	186	155
		6º ano	176	196	194	190	176	176	185
		7º ano	198	190	227	178	199	187	184
		8º ano	149	168	158	203	177	190	195
		9º ano	151	157	162	154	194	171	190
	EFA		60	12	119	87	84	75	83
		B2	24		31		30	0	0
		B3	36	12	88	87	54	75	83
	CEF		31	26	28	32			
		Tipo 2	31	26	28	11			
		Tipo 3				21			
Secundário			1165	1108	1647	1215	1323	1338	1454
	Regular Certif.-Human.º		645	638	664	674	691	695	724
		10º ano	230	262	274	260	269	264	288
		11º ano	204	184	223	228	219	238	219
		12º ano	211	192	167	186	203	193	217
	Recorrente		90	66	114	139	218	260	272
		Mod	90	66	114	139	218	260	272
	Profissional		335	337	326	328	282	231	255
		1º ano	97	133	114	112	107	111	99
		2º ano	96	74	95	80	72	75	84
		3º ano	142	130	117	136	103	45	72
	EFA		93	67	92	74	132	152	203
		Sec.	93	67	92	74	132	152	203
	DL 357		2						
		DL 357	2						
Total			2900	2823	3056	3037	3121	3095	3237

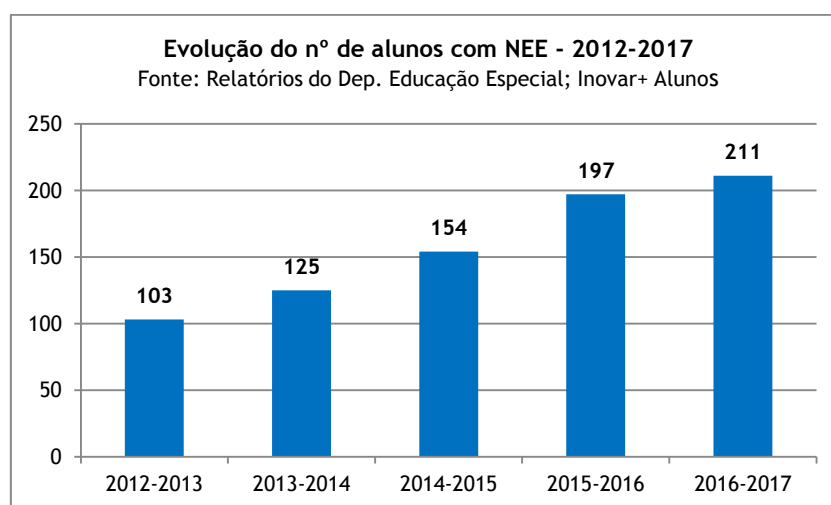
Fonte: MISI (Para o Pré-Escolar, só a partir de 2013-2014)

A análise dos dados acima legitima a interpretação de que, apesar da baixa da natalidade e do envelhecimento da população concelhia, no território educativo do AEDG a população escolar tem-se mostrado resiliente: às ligeiras descidas no ensino básico têm correspondido subidas no nível secundário em

geral e, particularmente, nas modalidades e tipologias destinadas a adultos (Recorrente e Educação e Formação de Adultos - EFA).

1.1.3. Características socioeducativas da população escolar

- População escolar com características socioeducativas sem grandes alterações desde 2012:
 - cerca de 25%-27% da população abrangida pelos apoios da Ação Social Escolar (ASE);
 - perfil das habilitações escolares dos pais não coincide com o da população concelhia: pais progressivamente mais escolarizados (grau de licenciatura pouco abaixo dos 20%)⁷;
- Crescente peso absoluto dos alunos com necessidades educativas especiais (NEE - DL n.º. 3/2008):



Esta questão tem vindo a ser assinalada paulatinamente nos *Relatórios de Autoavaliação* (RAA) e constitui uma área problemática persistente.

1.2. Resultados

1.2.1. Resultados da Avaliação Interna

Dos indicadores recolhidos e apresentados nos RAA desde 2011 foram sendo identificados os principais e mais persistentes problemas. O *Relatório final de execução do PEA 2012-2015* apresentado ao Conselho Geral em Anexo ao RAA 2014-2015 assinala os progressos realizados e os aspetos que ainda exigem ajustamentos⁸. Podemos sintetizar o essencial nos seguintes pontos:

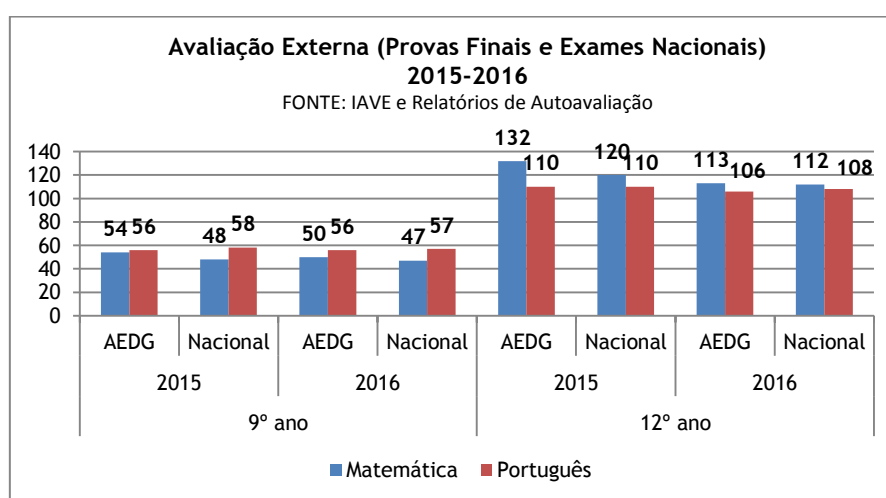
- Progressos muito significativos nas taxas de sucesso e de conclusão dos Cursos Profissionais;
- Progressos significativos nas taxas de sucesso pleno (exceto 8.º, 9.º e 10.º anos);
- Taxas de transição inferiores à média nacional (5%) no 2.º ano, Secundário CCH (12.º só em 2015-2016) e Recorrente;

⁷ Em 2011, na população das freguesias servidas pelo AEDG no ensino básico (Triana e S. Estêvão), a população com escolarização de nível superior era de 11,4% para S. Estêvão e 12,4% para Triana (comparavam com 7,4% do total do concelho e 13,8% Nacional). Cf. http://damiaodegoes.pt/documentos/pee12_15.pdf, pp. 10-11.

⁸ Agrupamento de Escolas Damião de Goes - *Relatório de Autoavaliação 2014-2015*, dezembro 2015, pp. 47-49.

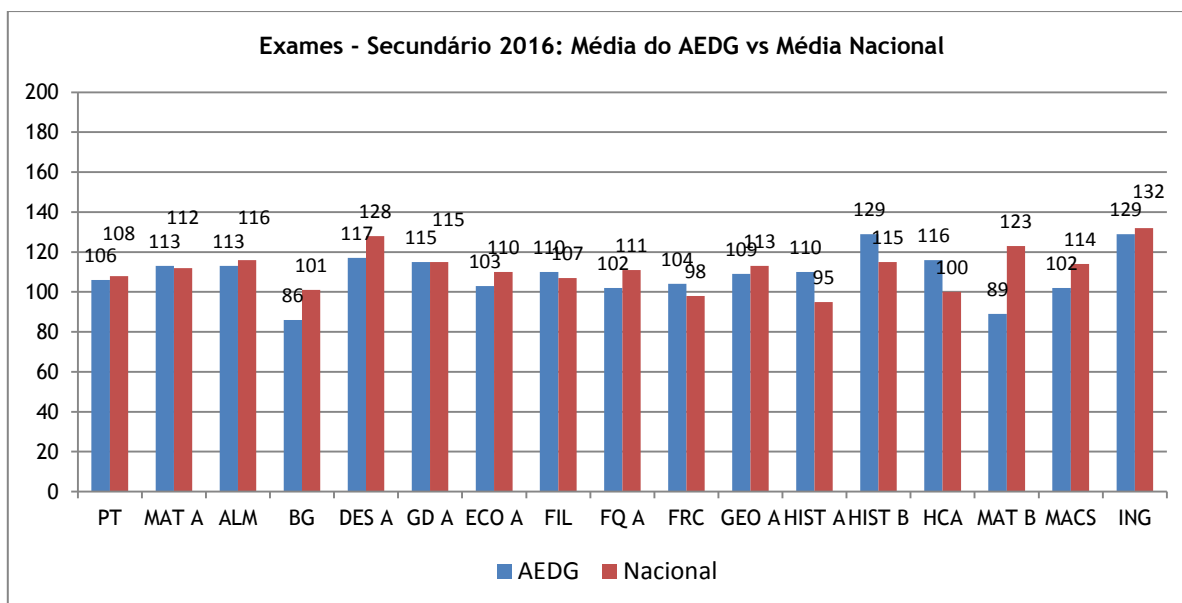
1.2.2. Resultados da Avaliação Externa

O AEDG tem definido como critério de avaliação do seu desempenho nas provas de avaliação externa o «alinhamento» com as médias nacionais e o grau de coerência entre os resultados da avaliação interna e os da avaliação externa: o que significa que relevam as variações interanuais dos resultados, a trajetória plurianual dos mesmos e o perfil dos resultados externos face ao perfil dos resultados internos. A abordagem de tais indicadores deve ter sempre como pano e fundo uma reconhecida evidência: os alunos são sempre diferentes, ano após ano. Assim, a coerência ou constância dos resultados na perspetiva diacrónica é muito difícil, senão impossível, de encontrar: há e haverá ciclos (considerando a progressão dos resultados) e oscilações (considerando a coorte dos alunos sujeitos a exames/provas finais em cada ano). Numa abordagem de médio prazo importa sobretudo verificar tendências ou casos persistentes de desvios face aos referentes nacionais. Nos últimos dois anos, comparando disciplinas comuns:



Neste caso, é claro o alinhamento com as médias nacionais (no sentido de proximidade dos valores). No caso dos exames nacionais do ensino secundário, os resultados do último ano (2016) contradisseram a tendência trienal e foram fracos, com 10 (de 17) disciplinas apresentando desvios negativos (representando 69% das provas) face às médias nacionais. No entanto, se considerarmos como preocupantes os desvios superiores a 10 pontos (em 200), restringimos o problema a 4 disciplinas (21,5% das provas).⁹

⁹ Sobre os detalhes dos resultados da avaliação externa, consultar as análises anuais nos *Relatórios de Autoavaliação* de 2011-2012, 2012-2013, 2013-2014, 2014-2015 e 2015-2016 (capítulo 3.2.).



Ou seja, desvalorizando relativamente as oscilações pontuais, que habitualmente desencadeiam medidas de correção quando justificadas, os resultados dos exames nacionais ou provas finais não são um problema persistente ou prioritário do desempenho do agrupamento.

1.2.3. Fluxos escolares

Considerando a evolução trienal das taxas de transição ou conclusão, dos 29 indicadores, sublinham-se os que registam desvios negativos face aos indicadores nacionais, para isolar como mais problemáticos os desvios mais elevados:

Nível de ensino /Modalidade/Ano ou Tipo			Taxas de Transição/Conclusão em %						Diferença AEDG-Nacional		
			AEDG			Nacional					
			2013- 2014	2014- 2015	2015- 2016	2013- 2014	2014- 2015	2015- 2016	2013- 2014	2014- 2015	2015- 2016
Básico			88.67	93.73	93.46	88.59	90.98	92.59	0.08	2.75	0.87
Regular			89.11	93.38	93.12	88.81	91.16	92.8	0.3	2.22	0.32
		1º	100	100	100	100	100	100	0	0	0
		2º	91.6	88.82	86.14	88.4	89.6	90.4	3.2	-0.78	-4.26
		3º	96.27	98.43	95.95	94.1	95.6	96.9	2.17	2.83	-0.95
		4º	98.69	98.11	96.97	95.5	97.3	97.6	3.19	0.81	-0.63
		5º	94.44	96.51	94.59	88.2	90.7	92.4	6.24	5.81	2.19
		6º	84.62	92.49	93.71	85.8	89.8	92.7	-1.18	2.69	1.01
		7º	76.88	89.69	92.47	82	83.6	86.4	-5.12	6.09	6.07
		8º	81.54	87.21	91.49	86	89.2	91.5	-4.46	-1.99	-0.01
		9º	82.07	92.15	89.22	82.9	87.7	89.9	-0.83	4.45	-0.68
EFA			80.23	100	100	74.91	73.51	74.25	5.32	26.49	25.75
		B2		100		78	61.9			38.1	0
		B3	80.23	100	100	82.64	77.4	78.7	-2.41	22.6	21.3
CEF			92			84.6			7.4	0	0
		Tipo 2	100			84.5			15.5	0	0
Secundário			74.98	80.02	77.19	80.31	81.65	83.2	-5.33	-1.63	-6.01
Regular CH			82.5	81.9	73.58	77.18	79.25	81.61	5.32	2.65	-8.03
		10º	75.9	82.56	79.54	83.3	83.9	84.6	-7.4	-1.34	-5.06
		11º	83.41	88.02	87.23	86.1	86.9	91.3	-2.69	1.12	-4.07
		12º	90.27	74.37	48.69	60.4	65.6	67.7	29.87	8.77	-19.01
Recorrente			100	70.75	58.27	90.7	77.34	68.18	9.3	-6.59	-9.91
		Módulos	100	70.75	58.27	90.7	77.34	68.18	9.3	-6.59	-9.91
Profissional			75.08	84.07	95.54	87.49	88.53	88.68	-12.41	-4.46	6.86
		1º	98.99	98.94	100	98.3	98	98.4	0.69	0.94	1.6
		2º	96	100	100	99.1	99	99.2	-3.1	1	0.8
		3º	45.93	60.4	77.27	62.5	65.6	65.4	-16.57	-5.2	11.87
EFA			100	77.1	100	83.9	81.58	83.89	16.1	-4.48	16.11
		Sec.º	100	77.1	100	83.9	81.6	83.89	16.1	-4.5	16.11
Fonte: MISI (Valores em percentagem)								11	10	12	
								Nº de desvios negativos			

Os dados permitem concluir que:

- Genericamente, existe alinhamento com as médias nacionais na esmagadora maioria dos indicadores;

- Os desvios mais significativos encontram-se no 2º ano (mais pela tendência do que pelo valor do desvio), no ensino secundário CCH (no 10º ano e, em 2016, no 12º ano¹⁰) e no ensino recorrente¹¹;
- Resultados positivos (progresso no desempenho do 8º ano) ou aceitáveis (desvios mínimos) no ensino básico;
- Evolução notável no ensino profissional e bom desempenho nas modalidades de educação e formação de adultos, o que indicia o sucesso da aposta nas formações de dupla certificação.

Assim sendo, parece que o domínio dos Resultados não é uma área prioritária de intervenção, mas onde, ainda assim, se devem planear e promover medidas de ajustamento, para os níveis, modalidades e anos onde a persistência de desvios ou a ocorrência de resultados «anormais» o justifique.

1.3. Processos

1.3.1. Clima organizacional e ambiente educativo

Neste domínio do diagnóstico, baseamo-nos nos diversos relatórios produzidos, pelo que apenas focaremos a análise nos problemas/constrangimentos mais persistentes e/ou relevantes que a autoavaliação tem revelado.

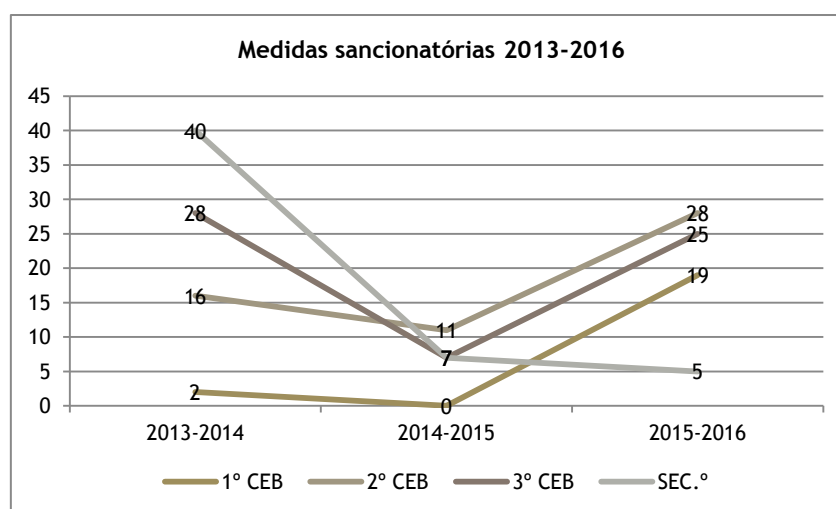
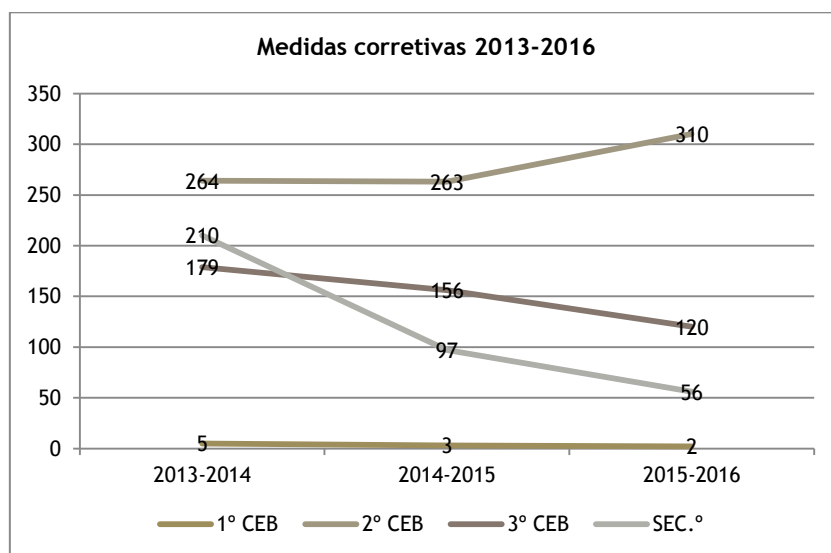
Medidas disciplinares 2013-2016:

Anos Ciclos	Medidas corretivas			Medidas sancionatórias		
	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2013-2014	2014-2015	2015-2016
1º	1	0	0	0	0	4
2º	0	2	1	0	0	15
3º	3	0	0	0	0	0
4º	1	1	1	2	0	0
1º CEB	5	3	2	2	0	19
5º	88	162	206	0	10	21
6º	176	101	104	16	1	7
2º CEB	264	263	310	16	11	28
7º	78	73	55	4	1	8
8º	91	57	61	10	6	6
9º	10	26	4	14	0	11
3º CEB	179	156	120	28	7	25
10º	143	51	47	31	2	1
11º	54	34	9	7	3	2
12º	13	12	0	2	2	1
SEC.º	210	97	56	40	7	5
Totais	658	519	488	86	25	77

¹⁰ Neste caso, é uma consequência do pior desempenho nos exames nacionais. Notemos que, no 12º ano, o insucesso numa única disciplina compromete a conclusão do ciclo de escolaridade.

¹¹ No ensino secundário recorrente por módulos, uma boa parte dos alunos estão a tentar concluir o ensino secundário iniciado no ensino regular, muitas vezes já em situação de emprego ou ocupações temporárias (nomeadamente por turnos), o que dificulta a assiduidade e a persistência da ligação à Escola.

Sombreámos as linhas que assinalam tendências a destacar: com números a vermelho, quando se trata de evoluções preocupantes ou a merecer atenção; com números a verde, quando a tendência ou alteração assinalada vai num sentido de melhoria. Verificamos com clareza que há melhorias mais ou menos evidentes no 3º ciclo e, claramente, no ensino secundário. Ao invés, no 2º ciclo do ensino básico (e, particularmente no 5º ano de escolaridade) a tendência é claramente crescente e merece atenção e prioridade na ação. Uma síntese de natureza gráfica pode tornar mais claro o problema:



Se tomarmos em consideração que, de entre as medidas corretivas, a mais comum é a ordem de saída da sala de aula (que permite, pela sua aplicação, repor condições de aprendizagem para os restantes alunos), e que a medida sancionatória mais frequente é a suspensão até 3 dias (exceto em 2015-2016, em que é quase tão frequente como a repreensão registada¹²), podemos tentar caracterizar a situação atual do seguinte modo:

- Há uma situação de comportamentos disruptivos e perturbação na sala de aula que é crescente no 2º ciclo e, particularmente, no 5º ano de escolaridade;

¹² Cf. Agrupamento de escolas Damião de Goes - *Relatório de Autoavaliação 2015-2016*, página 17.

- Houve uma ação disciplinar sancionatória que aumentou, mas, sobretudo, para comportamentos menos graves (dando origem a repreensões registadas, quase em igual número das suspensões);
- No 1º ciclo, houve uma evolução preocupante circunscrita ao 2º ano de 2015-2016 (13 repreensões registadas) que, aliás, deverá estar relacionada com o insucesso «anormal» registado em 2015-2016;
- Genericamente houve uma tendência de diminuição da ação disciplinar e esta é, em todos os anos, níveis de ensino e estabelecimentos de ensino, circunscrita a um número reduzido de turmas e alunos.

Em suma, o ambiente educativo e a disciplina, especialmente nos anos de mudança de ciclo e de estabelecimento de ensino (5º e 10º, em menor grau) é uma área problemática, a merecer medidas de melhoria, mas não atinge uma dimensão particularmente aguda.

1.3.2. Planeamento e desenvolvimento da ação educativa

Neste subdomínio tomaremos de novo como referência a abundante informação produzida em sede de autoavaliação¹³, limitando-nos a recensear os problemas persistentes ou ações de melhoria com resultados pouco significativos.

1.3.2.1. Plano anual de atividades: assinala-se apenas a tendência para a realização de muitas atividades no 3º período letivo, o que é desaconselhável, sobretudo para os anos/ciclos de escolaridade com provas finais ou exames;

1.3.2.2. Desenvolvimento curricular:

- Aumento da frequência e da eficácia dos momentos de supervisão (da execução dos planos didáticos, dos recursos didáticos utilizados e dos processos de avaliação) - medida planeada, implementada e avaliada, ainda sem evidências de resultados significativos, exigindo ajustamento;
- Trabalho cooperativo entre os docentes (uso de instrumentos de avaliação comuns, reuniões regulares entre grupos de níveis/ciclos diferentes sobre transições de ciclo, planeamento e realização de atividades comuns no PAA articulando diversos ciclos de ensino) - medidas planeadas, implementadas e avaliadas, com resultados significativos, mas a necessitar de ajustamento (disseminação);

¹³ Cf. *Relatórios de Autoavaliação* (2011-2012, 2012-2013, 2013-2014, 2014-2015 e 2015-2016) e *Relatório final de execução do projeto educativo do agrupamento 2012-2015* (Cf. *supra*, nota 8).

1.3.3. Organização e gestão

Neste subdomínio, a autoavaliação não revelou problemas que justifiquem mudanças significativas, dado que, reiteradamente, os inquéritos de satisfação no âmbito do OQA (Observatório da Qualidade no Agrupamento) têm evidenciado um alto grau de satisfação, quer com as lideranças (intermédias e direção), quer quanto às direções de turma e outras estruturas intermédias de gestão¹⁴. No entanto ainda persistem temas e problemas que merecem medidas de correção e melhoria:

- Com resultados pouco significativos, persistindo como problema apesar de várias medidas de melhoria, assinala-se o grau de insatisfação quanto ao serviço do refeitório que serve a EBPA e a ESDG;
- Outra área problemática continuamente identificada é das condições de alguns espaços e equipamentos, nomeadamente na escola sede (ESDG) e na EBPA (sobrelotada e com poucos espaços de circulação, convívio, brincadeira), escolas onde têm sido identificados inúmeros fatores de obsolescência e envelhecimento (infraestruturas elétrica e tecnológica, coberturas em fibrocimento, fraco isolamento das janelas, falta de salas e gabinetes, exiguidade do espaço dos serviços administrativos e arquivo definitivo, etc.), exigindo de forma gritante intervenções, não já de remediação pontual, mas de profunda requalificação e renovação;
- Necessidade de repensar as estratégias de informação e orientação vocacional e académica - medida planeada, implementada (parcialmente) e avaliada, com resultados pouco significativos, especialmente quanto às opções de prosseguimento de estudos após o ensino básico;
- Muito débeis condições de espaço físico e exiguidade de recursos humanos afetos à Educação Especial, respondendo às necessidades crescentes (nº de alunos NEE¹⁵) e à evolução da inclusão escolar de jovens e crianças com necessidade de apoios diferenciados e/ou mais especializados (Unidade de Ensino Estruturado - Espectro do Autismo - 2º CEB, salas adequadas para alunos com CEI - Currículo Específico Individual - no nível secundário).
- Os recorrentes temas da organização dos tempos e espaços dedicados ao trabalho pedagógico dos docentes, nomeadamente quanto ao excesso de tarefas administrativas, à falta de tempos comuns para o planeamento do trabalho, produção de materiais didáticos e produção de instrumentos de avaliação num contexto colaborativo;
- Por fim, a exiguidade de recursos humanos quanto a assistentes operacionais em alguns estabelecimentos e, de uma forma bastante grave, a excessiva rotatividade de pessoas sem vínculo à organização, obliterando processos de formação e desenvolvimento profissional, e, por esta via, políticas minimamente consistentes de gestão das pessoas e dos processos organizacionais das escolas.

Como é facilmente verificável, algumas destas áreas problemáticas escapam por completo à ação do AEDG, mas não podem deixar de ser consideradas no planeamento estratégico do mesmo, quaisquer que sejam as

¹⁴ Cf. *Relatório de Autoavaliação 2014-2015*, pp. 33 e seguintes.

¹⁵ Cf. Gráfico da página 4.

condições de contexto político-educativo e do enquadramento tutelar das escolas - só uma autonomia das escolas com algum fôlego e maior latitude concederá a estas a possibilidade de enquadrar no médio e no longo prazo qualquer uma destas questões.

1.4. Balanço final do diagnóstico estratégico: análise SWOT

Domínios e subdomínios da diagnose		Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Constrangimentos
Contexto		Resiliência populacional do concelho de Alenquer; Taxa de crescimento negativo da população jovem do concelho inferior à média do Oeste, do Centro e do Continente; Estimativa de crescimento da população a escolarizar até 2026; Resiliência da população escolar do AEDG;	Envelhecimento da população e redução da natalidade; Taxa de crescimento negativa da população jovem; Tecido produtivo local onde predominam as micro e pequenas empresas; Baixa procura de trabalho qualificado no mercado de emprego local;	Universalização do pré-escolar para os 3 anos de idade; Manutenção da procura de escolarização nas freguesias «urbanas» do concelho; Procura crescente de qualificações por adultos ativos, em diversas modalidades e tipologias;	Incerteza e imprevisibilidade da gestão da rede escolar; Incerteza quanto às políticas de financiamento e gestão estratégica da Escola pública (especialmente em relação à educação/formação de adultos); Crescimento da população escolar com NEE sem alteração dos recursos disponíveis;
Resultados		Boas taxas de transição e conclusão no ensino básico, ensino profissional e Educação e Formação de Adultos; Alinhamento dos resultados da Avaliação Interna e Externa com as médias nacionais (com exceções pontuais); Elevada coerência entre os resultados da avaliação interna e externa;	Taxas de transição do 2º ano, secundário e recorrente ainda divergentes com a média nacional; Taxa de sucesso pleno ainda um pouco baixa no 8º, 9º e 10º anos; Divergências pontuais das médias de exame nacional do Secundário com as médias nacionais (em algumas disciplinas);	Plano de Ação Estratégica (PNPSE)	Condições físicas e tecnológicas dos equipamentos e edifícios; Constrangimentos legais e organizacionais ao trabalho colaborativo dos docentes;
Processos	Clima organizacional e ambiente educativo	Melhoria dos efeitos da ação disciplinar, no ensino secundário; Tendência para a diminuição da ação disciplinar, em geral; Problemas disciplinares identificados e circunscritos a um número reduzido de turmas e alunos; Ação disciplinar sancionatória sobre comportamentos cada vez menos graves;	Comportamentos disruptivos na escola e na sala de aula crescentes no 2º ciclo e, particularmente, no 5º ano; Peso relativo dos problemas disciplinares no ensino secundário no 10º ano;	Persistência de critérios uniformes de avaliação dos problemas disciplinares e do reporte objetivo dos mesmos;	Dificuldades no acompanhamento dos processos de adaptação a novos ciclos e estabelecimentos de ensino;
	Planeamento e desenvolvimento da ação educativa	Melhorias no trabalho colaborativo em alguns grupos/disciplinas; Progressos na articulação vertical dos currículos; Elevada coesão dos grupos e departamentos;	Procedimentos regulares e consensualizados de supervisão pedagógica ainda não generalizados; Práticas regulares de trabalho colaborativo ainda não disseminadas entre todos os grupos /disciplinas/departamentos;	Plano de formação em contexto sobre supervisão pedagógica, resultando em procedimentos, construção de instrumentos e definição de estratégias eficazes de acompanhamento, auto-regulação e co-aprendizagem nos grupos e departamentos curriculares;	Tempos/horários disponíveis para processos eficazes de co-aprendizagem em formação em contexto;

	<p>Organização e Gestão</p>	<p>Satisfação quanto às lideranças e serviços (direção, coordenações de estabelecimento, direções de turma, serviços administrativos, assistentes operacionais, etc.) ¹⁶</p>	<p>Percepção da qualidade quanto ao serviço de refeitório (EBPA e ESGD) ¹⁷; Excesso de tarefas administrativas / burocráticas dos docentes; Excesso de alunos nas turmas e na escola (sobretudo EBPA); Falta de salas e gabinetes; Falta de condições para a Educação Especial (salas CEI - EBPA e ESGD - recursos humanos especializados, UEE autismo 2º ciclo); Precariedade do vínculo à organização AEDG de uma boa parte do pessoal não docente, inviabilizando processos de formação e qualificação estrategicamente enquadrados;</p>	<p>Revisão do Dec-lei nº 3/2008; Formação sobre adequações curriculares, diferenciação pedagógica e tecnologias aplicadas ao apoio a NEE; Medidas de vinculação mais estável do PND;</p>	<p>Incerteza quanto aos efeitos da alteração prevista do Dec-Lei nº3/2008; Instabilidade da permanência do PND nas escolas (Contratos Emprego-Inserção - CEI);</p>
--	------------------------------------	---	--	--	--

¹⁶ Cf. *Relatório de Autoavaliação 2014-2015*, capítulo 4.

¹⁷ Sobre a questão do refeitório e da sua avaliação de qualidade, ver o *Relatório de Autoavaliação - 2014-2015*, pp. 42-45.

2. LINHAS ORIENTADORAS PARA O TRIÉNIO 2016-2019

2.1. VISÃO / MISSÃO

VISÃO

O Agrupamento de Escolas Damião de Goes continuará a ser um serviço público educativo de qualidade, inspirado e guiado pelos valores constitucionais e pela tradição da escola democrática e assume-se ainda - considerando o seu papel na elevação das taxas de escolarização e na promoção da qualificação profissional da população concelhia - um parceiro estratégico para o desenvolvimento local.

MISSÃO

O Agrupamento de Escolas Damião de Goes assume a missão de, enquanto serviço público de educação e formação, *assegurar aprendizagens escolares de qualidade e formações profissionalizantes relevantes à população dos seus territórios educativos*, nomeadamente:

- *Proporcionando às famílias das freguesias de Alenquer e Santana da Carnota uma educação pré-escolar de qualidade a partir dos três anos de idade;*
- *Proporcionando às crianças e jovens das mesmas freguesias uma sólida educação básica, promovendo a aquisição das aprendizagens curriculares, o desenvolvimento das competências pessoais e sociais, experiências significativas de enriquecimento curricular, bem como a descoberta de interesses e aptidões vocacionais em diversas áreas da cultura, tecnologia, artes, ciências e mundo profissional;*
- *Garantindo à totalidade da população concelhia sólidas formações de nível secundário, oferecendo todas as vias de prosseguimento de estudos e ofertas de qualificação profissional de nível 4 que se revelem significativas do ponto de vista da empregabilidade e adequadas à procura dos jovens do concelho;*
- *Oferecendo à população do concelho de Alenquer e dos concelhos limítrofes oportunidades de escolarização de adultos em diversos níveis e tipologias de ensino, bem como percursos de qualificação e requalificação profissional;*
- *Proporcionando à população imigrante residente no concelho formação em Português como língua não materna, apoiando os processos de integração e desenvolvimento intercultural da comunidade municipal.*

2.2. METAS E OBJETIVOS PARA 2016-2019

METAS

- Melhorar significativamente as condições materiais (instalações, equipamentos, tecnologias) em que decorrem as aprendizagens, especialmente nos 2º e 3º ciclos do ensino básico e no ensino secundário;
- Aperfeiçoar e desenvolver os procedimentos de supervisão e regulação dos processos de desenvolvimento curricular, de modo a ajustar mais eficazmente os processos de ensino às dificuldades de aprendizagem detetadas, com vista a resultados escolares de qualidade e alinhados com as médias nacionais em todos os níveis, modalidades e tipologias de ensino;
- Melhorar a integração escolar, a articulação vertical do currículo, os processos de orientação escolar e vocacional e a qualidade das interações pessoais e sociais nas escolas, de modo a reduzir significativamente o número e a gravidade das situações de indisciplina e comportamento disruptivo no contexto escolar, em especial nas transições de ciclo/estabelecimento de ensino;

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIAS:

A - CONDIÇÕES MATERIAIS - EDIFÍCIOS, EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIAS

B - REGULAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

C - AMBIENTE EDUCATIVO

D - QUALIDADE DOS SERVIÇOS

ESPECIFICAÇÃO - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E RESULTADOS ESPERADOS

ÁREA DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	RESULTADOS ESPERADOS	TEMPO
A	Incentivar e facilitar junto da tutela e do município intervenções profundas de efetiva requalificação das escolas Básica de Alenquer, Pêro de Alenquer e Damião de Goes;	Requalificação e modernização dos edifícios e do seu mobiliário e equipamento; Criação de espaços de trabalho para os docentes; Criação de espaços adequados ao trabalho com os alunos CEI, aos SPO e aos projetos (EPS, Eco-Escolas, Educação Especial, Desporto Escolar, Clubes Europeus, etc.); Criação de espaços adequados e seguros para convívio dos alunos;	Até 2019
	Atualizar e repor paulatinamente o parque informático e a infraestrutura tecnológica das escolas;	Melhoria da <i>performance</i> das redes informáticas, atualização dos equipamentos multimédia e do acesso a outros meios TIC;	
B	Desenvolver procedimentos de monitorização aptos a fornecer eficazmente <i>feed back</i> dos resultados das aprendizagens, desencadeando atempadamente medidas corretivas de promoção do sucesso educativo;	Resultados escolares consistentemente alinhados com as médias nacionais na esmagadora maioria dos níveis, ciclos, modalidades e tipologias de ensino;	Anualmente, até 2019
	Desenvolver e generalizar mecanismos de supervisão pedagógica com caráter eminentemente formativo, para assegurar uma aplicação correta e uniforme dos processos, instrumentos e critérios de avaliação, bem como das estratégias e materiais didáticos mobilizados, num contexto de trabalho cooperativo;		
	Proporcionar aos alunos, para além das aprendizagens curriculares em sala de aula, experiências significativas e atividades de aprofundamento e enriquecimento do currículo;		
	Aperfeiçoar estratégias de articulação vertical do currículo e de integração escolar de modo a atenuar as dificuldades de adaptação a novos contextos pedagógicos e climas de escola;		
	Intensificar a informação, a formação e o esclarecimento sobre os percursos formativos oferecidos e/ou outros possíveis, de modo a facilitar escolhas mais informadas;	Melhoria dos resultados e da qualidade do sucesso nos anos de início de ciclo (5º, 7º e 10º)	
C	Reforçar e aprofundar o diagnóstico e a intervenção precoce sobre problemas de aprendizagem, comportamento e integração;	Diminuição das ocorrências disciplinares no 5º e 10º anos; Diminuição do insucesso no 2º ano;	Até 2017-2018
	Aprofundar as competências da comunidade escolar na compreensão e ação eficaz sobre problemas de comportamento de crianças e jovens;	Diminuição das ocorrências disciplinares no 5º e 10º anos;	
D	Monitorizar o grau de satisfação quanto aos diversos serviços, na perspetiva da melhoria contínua, modernização e simplificação de procedimentos;	Manutenção do grau de satisfação elevado quanto aos diversos serviços no OQA; Melhoria do grau de satisfação relativo ao refeitório da sede do AEDG;	Até 2016-2017

2.3. PLANEAMENTO - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E MEDIDAS DE MELHORIA

ÁREA DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MEDIDAS DE MELHORIA	TEMPO
A	Incentivar e facilitar junto da tutela e do município intervenções profundas de efetiva requalificação das escolas Básica de Alenquer, Pêro de Alenquer e Damião de Goes;	Contactos com DGEstE e Município - participação ativa na conceção das intervenções a realizar;	Até 2019
	Atualizar e repor paulatinamente o parque informático e a infraestrutura tecnológica das escolas;	Plano de renovação do parque informático, das redes e dos sistemas;	Até 2019
B	Desenvolver procedimentos de monitorização aptos a fornecer eficazmente <i>feed back</i> dos resultados das aprendizagens, desencadeando atempadamente medidas corretivas de promoção do sucesso educativo;	Formação em contexto sobre práticas e instrumentos de supervisão pedagógica; Criação de dispositivos simples e eficazes de acesso e partilha de informação relativa às estratégias de ensino e instrumentos e resultados de avaliação;	Até 2017-2018
	Desenvolver e generalizar mecanismos de supervisão pedagógica com carácter eminentemente formativo, para assegurar uma aplicação correta e uniforme dos processos, instrumentos e critérios de avaliação, bem como das estratégias e materiais didáticos mobilizados, num contexto de trabalho cooperativo;		
	Proporcionar aos alunos, para além das aprendizagens curriculares em sala de aula, experiências significativas e atividades de aprofundamento e enriquecimento do currículo;	Corresponsabilização dos conselhos de turma e de docentes no planeamento de atividades inter e transdisciplinares; Medidas tendentes a uma avaliação mais autêntica das atividades (impacto nas aprendizagens);	Todos os anos
	Aperfeiçoar estratégias de articulação vertical do currículo e de integração escolar de modo a atenuar as dificuldades de adaptação a novos contextos pedagógicos e climas de escola;	Reuniões de articulação vertical nos grupos e departamentos; Novas estratégias e procedimentos na receção aos novos alunos dos estabelecimentos; Reponderar os critérios de formação das turmas do 5º ano;	Todos os anos
	Intensificar a informação, a formação e o esclarecimento sobre os percursos formativos oferecidos e/ou outros possíveis, de modo a facilitar escolhas mais informadas;	Plano de informação e esclarecimento a desenvolver ao longo do ano, em articulação com os SPO do concelho, destinadas a alunos e encarregados de educação;	Todos os anos
C	Reforçar e aprofundar o diagnóstico e a intervenção precoce sobre problemas de aprendizagem, comportamento e integração;	Sinalização mais precoce de casos problemáticos (NEE, dificuldades de aprendizagem, comportamentos disruptivos e indisciplina); Formação para docentes sobre adequações curriculares, diferenciação pedagógica e estratégias alternativas de avaliação; Agilizar os processos de comunicação entre os DT e os encarregados de educação;	Até 2019
	Aprofundar as competências da comunidade escolar na compreensão e ação eficaz sobre problemas de comportamento de crianças e jovens;	Formação para DT e AO na área da mediação/resolução de conflitos e culturas/comportamentos juvenis;	2017-2018
D	Monitorizar o grau de satisfação quanto aos diversos serviços, na perspetiva da melhoria contínua, modernização e simplificação de procedimentos;	Aprofundar os processos de monitorização da qualidade, criando mecanismos facilitadores da comunicação de problemas/anomalias dos utentes para os serviços;	Até 2017-2018